

O naturalismo na livraria do século XIX

Leonardo Mendes*

RESUMO

Na historiografia tradicional o naturalismo ocupa uma posição rebaixada. Aceitam-se alguns romances (como *O cortiço*, de Aluísio Azevedo), mas não suas concepções de homem e de literatura. No Brasil, o escritor José Verissimo foi o principal porta-voz das críticas ao naturalismo. Ele escreveu sobre os principais romances da estética, quase sempre assumindo uma posição de resistência. Para ele, o naturalismo era antiartístico e carecia de “cor local”. Era uma “literatura crua” e assim passou para a história. Nesse trabalho, vamos estudar o naturalismo não apoiados nos juízos da elite letrada, mas a partir do lugar dos livros naturalistas no comércio livreiro do século XIX. Abandonamos o axioma evolucionista e a visão da história literária centrada num território a fim de conceber o naturalismo como uma manifestação literária transnacional, como “naturalismo-mundo”. Neste novo cenário, o naturalismo emerge como uma “estética da experimentação” que se espalhou para várias partes do mundo a partir de 1870 e abrigou vários modos de execução de seus princípios. Fora dos circuitos letrados e seus periódicos, o naturalismo era uma literatura do prazer e da conexão erótica com a matéria, com dezenas de títulos em oferta e vários *best-sellers*.

Palavras-chave: *Naturalismo; História literária; História do livro e da edição.*

ABSTRACT

In traditional historiography, naturalism occupies a low place. Some novels (such as Aluísio Azevedo's *O cortiço*) are accepted, but not their conceptions of man and literature. In Brazil, writer José Verissimo was the main spokesman for criticism against naturalism. He wrote about the major novels of aesthetics, often in a position of resistance. For him, naturalism was anti-artistic and lacked "local color." It was "raw literature" and so it went down in history. In this paper, we will study naturalism not based on the judgments of the elite writers, but on the place of naturalist books in the nineteenth-century book trade. We abandon the evolutionary axiom and the territory-centered view of literary history in order to conceive of naturalism as a transnational literary manifestation, as "naturalism-world." In this new scenario, naturalism emerges as an "aesthetic of experimentation" that from 1870 spread to various parts of the world and harbored various modes of execution of its principles. Outside the literary circuits and their periodicals, naturalism was a literature of pleasure and erotic connection to matter, with dozens of titles on offer and several bestsellers.

Keywords: *Naturalism; Literary History; Book History.*

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O naturalismo na historiografia

72

Na historiografia tradicional e nos livros que ainda formam leitores e professores de literatura no Brasil, o naturalismo ocupa uma posição rebaixada. Ele aparece como uma literatura do intervalo, situada entre duas estéticas consideradas mais autênticas, e, por isso, mais valorizadas e estudadas: o romantismo e o modernismo. A manifestação mais anacrônica desse modo de pensar é o conceito de “pré-modernismo”, ainda presente no idioma da área. Em evidente falácia teleológica, nomeia-se um período pelo que se supõe acontecer depois dele, sobressaindo o modernismo como a culminância do processo evolutivo do sistema literário brasileiro, no qual o romantismo e o pré-modernismo eram etapas preparatórias, como degraus numa escada. Desse ponto de chegada, organiza-se em retrospecto a literatura anterior para caber nesse figurino. Salvo as exceções mais conhecidas de Machado de Assis (1839–1908) e Lima Barreto (1881–1922), a literatura produzida entre 1870 e 1920 cai numa zona de indeterminação e de tentativas mais ou menos malogradas de escrita literária. É certo que a historiografia canonizou algumas obras naturalistas – como *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857–1913), e tardiamente *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha (1867–1897) –, mas a consagração ocorre

apesar do equívoco naturalista. Aceitam-se esses romances, mas não suas concepções de homem, de escritor e de literatura.

Nos debates sobre o naturalismo no século XIX, é possível localizar o principal porta-voz da insatisfação dos homens de letras com o naturalismo na figura do escritor José Verissimo (1857-1916). Ele escreveu abundantemente sobre os principais romances naturalistas franceses, portugueses e brasileiros, quase sempre assumindo uma posição de resistência à estética. A opinião de José Verissimo sobre o naturalismo era a mesma de Machado de Assis e de críticos como Valentim Magalhães (1859-1903). Esses escritores rejeitavam a visão de literatura como fábula moralizante, mas concordavam que o naturalismo era uma forma rebaixada de literatura. As ressalvas que faziam à ficção naturalista foram mantidas na historiografia do século XX. José Verissimo e Machado são, portanto, os principais fiadores da historiografia canônica do naturalismo no Brasil. Mesmo Lucia Miguel-Pereira, que tem a pesquisa mais completa da estética em *Prosa de ficção (1870 a 1920): história da literatura brasileira* (1950), apoia-se inteiramente nos juízos de Verissimo e Machado. Publicado em 1965, *O naturalismo no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, conserva o mesmo paradigma e previsivelmente não fomentou novos estudos. Trata-se de uma constante que vem do século XIX e se perpetuou na historiografia do século XX: o naturalismo é uma literatura “menor”.

Para os homens de letras, o equívoco naturalista tinha várias dimensões. Vamos nos referir a Verissimo e Machado como os principais representantes do grupo dominante, mas em torno deles havia um número grande de apoiadores, muitos, como eles, fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Esse grupo tinha acesso aos melhores jornais e assinavam as colunas literárias de maior autoridade na imprensa periódica. Havia entre eles uma resistência à intromissão da ciência no campo artístico, mas não eram evidentemente contra a ciência. Havia um lugar para a ciência na literatura, mas não como criadora de novas técnicas de narrar e descrever o mundo. Verissimo e Machado batalhavam para manter o romance brasileiro na tradição do realismo europeu do século XVIII, sóbrio e elegante (o que não excluía o cômico), “bem-feito” e engajado com o entorno social e o tempo presente. Ao tomar o discurso científico como ponto de vista criador (e usurpador do “artístico”), a ficção naturalista implodia o “romanesco” (BAGULEY, 1990). O resultado eram obras “malfeitas”, como *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845-1890), julgada um “*pandemonium*” pelo contemporâneo Alfredo Pujol (2002, p. 324), um “livro ridículo” por Lucia Miguel-Pereira (1988, p. 129), e uma obra “fora da literatura” por Álvaro Lins (1963, p. 217).

Além do abandono do princípio classicizante da “obra bem-feita”, o naturalismo negligenciava definições nacionalistas de subjetividade, já que, em tese, o “homem fisiológico” não tem pátria. Vistos como simples matéria em movimento, os corpos e suas necessidades eram biologicamente os mesmos em

Paris, Lisboa ou Rio de Janeiro. Contudo, não havia possibilidade de um romance que não falasse sobre o Brasil ser consagrado pelos escritores dominantes. Ser nacionalista, no sentido de falar ou teorizar sobre o Brasil, era um imperativo romântico que permanecia em vigor no final do século e não estava em questão para escritores bem-sucedidos como Aluísio Azevedo, que soube negociar a canonização de algumas obras de sua autoria, como *O mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884) e *O cortiço*, porque criticavam, explicavam ou documentavam o Brasil. Ao mesmo tempo, um romance como *O homem* (1887), do mesmo autor, centrado na trajetória de uma moça histérica que vive no Rio de Janeiro, mas poderia viver em qualquer outro lugar e experimentar os mesmos frenesim, foi rebaixado pelos escritores dominantes desde o seu aparecimento por sua obscenidade, escassez do “nacional” e excesso de linguagem científica. Seguindo os mesmos fundamentos, Lucia Miguel-Pereira avalia *O homem* como “um livro falso” (1988, p. 149), e Alfredo Bosi (1972) o classifica como uma obra fracassada e menor.

Como se não bastassem o abandono da “obra bem-feita” e a desimportância do nacional, o naturalismo também rebaixava a imagem do escritor. Ao invés de se refugiar no seu gabinete de homens de letras, o escritor naturalista, em busca de material para a ficção, percorria as ruas da cidade, andava de bonde, visitava as tavernas sujas e frequentava os prostíbulos e os bairros pobres. No intuito de representar “a vida como ela é”, admitia linguagem popular e chula, assim como descrevia atos obscenos, atraindo leitores interessados apenas no sensacionalismo dos livros. Incomodava especialmente à elite letrada a imagem do escritor naturalista como artista que vendia muitos livros e ganhava fama e fortuna com a literatura pelas razões erradas, pela licenciosidade e não pela crítica social ou pelo documentalismo (MENDES, 2019). Para o grupo dominante, a promiscuidade do naturalismo com o comércio era um problema tão sério quanto a obscenidade e a falta de “cor local”. Era ruim porque naquele momento os homens de letras batalhavam para dar respeitabilidade à profissão de escritor, culminando nos debates sobre a regulamentação dos direitos autorais e na criação da ABL. Para o grupo dominante, o naturalismo era uma literatura crua, feita para vender e entreter, enquanto demandavam uma literatura austera e autônoma, submetida ao tempo do próprio campo, e não do comércio ou do gosto popular (BOURDIEU, 1996).

No Brasil, o apagamento da dimensão material e comercial da literatura eclipsou uma dinâmica vida cultural e literária e dezenas de obras naturalistas, permitindo a perpetuação do mito – espalhado pelos escritores dominantes – de que havia pouco interesse por livros e leitura no Brasil no fim do século XIX (SODRÉ, 1964). O trabalho de Alessandra El Far (2004; 2010; 2011) e os resultados de pesquisas recentes, como do projeto de cooperação internacional “A circulação transatlântica dos impressos e a globalização da cultura no século XIX (1789-1914)”, ajudam a desbancar esse mito (ABREU, 2016a). As pesquisas

comprovam intensa atividade editorial e de trocas culturais ao longo do século XIX, assim como a presença simultânea de impressos nas cidades europeias e brasileiras, colocando sob suspeição a ideia de “atraso cultural” e o uso das metáforas tradicionais de “centro” e “periferia”. As pesquisas desvelam intensas relações comerciais e editoriais que ligavam livreiros, editores, tradutores e leitores, e que incluíam o Brasil numa rede internacional de trocas de produtos culturais, compondo, já no século XIX, uma “comunidade letrada transnacional” com gostos, leituras e sensibilidades compartilhadas (ABREU, 2016b). Adotando uma abordagem transnacional da cultura, as pesquisas desafiam a posição subalterna atribuída ao naturalismo.

Neste trabalho, vamos estudar o naturalismo não a partir dos juízos da elite letrada e seus periódicos, como faz a historiografia tradicional, mas a partir do lugar dessa literatura no comércio livreiro do século XIX (CHARTIER, 1988). Abandonamos o axioma evolucionista e a visão da história literária centrada num território a fim de conceber o naturalismo como uma manifestação literária transnacional, como um fenômeno que Becker & Dufief chamam de “naturalismo-mundo” (2018). Neste cenário, o naturalismo emerge como uma “estética da experimentação” que se espalhou rapidamente para várias partes do mundo a partir de 1870 e abrigou vários modos de execução de seus fundamentos. Havia diferentes concepções de ficção e autor naturalistas em circulação e competição. O “romance experimental”, inspirado na obra de Émile Zola (1840–1902), austero e engajado com a realidade social, o “romance-documento” ou o “romance-denúncia” (das mazelas sociais), valorizado pela historiografia e exemplificado em *O cortiço*, era apenas o modelo preferido da elite letrada. David Baguley (1990) chama esse modelo de “naturalismo trágico”, centrado na trajetória de “queda” dos personagens, no determinismo biológico, na fé na razão e no progresso. Desse ponto de vista, a historiografia estudou apenas uma vertente do naturalismo.

“Livros para Homens”

No imaginário do comércio livreiro do fim do século XIX, o romance naturalista era um “Livro para Homens”. “Livros (ou Leitura) para Homens” era a expressão favorita das livrarias brasileiras e portuguesas do período para designar impressos licenciosos em sentido amplo. Era uma pilhéria que servia para atrair fregueses de ambos os sexos (MENDES, 2016). Há várias evidências de que as mulheres compravam e liam “Livros para Homens”.¹ Não era um interdito legal ou policial, mas é certo que muitas moças se sentiam amedrontadas e ficavam longe

¹ Uma anedota conhecida era a história da esposa que confessara ao padre ter lido todos os “Livros para Homens” do marido. Na divulgação do livro *Cultos Indecentes ou costumes obscenos*, a Livraria Cruz Coutinho, no Rio de Janeiro, em 1879, prevenia em letras miúdas abaixo da chamada “Leitura para Homens / “As mulheres não devem ler (Querendo, podem fazê-lo)” (MENDES, 2019).

desses livros. Nessa categoria cabiam as obras de Rabelais e Boccaccio, literatura libertina, brochuras pornográficas anônimas, “romances de sensação” e ficção naturalista. No Brasil, quase toda a obra de Zola foi anunciada como “Livros para Homens” até o começo do século XX. Dos portugueses, *O crime do padre Amaro* (1876) e *O primo Basílio* (1878) também circulavam como livros licenciosos. Impressos no Brasil, *A carne, Bom-Crioulo, Um homem gasto: episódio da história social do XIX século* (1885), do médico Ferreira Leal (1850-1914); *O aborto* (1893) e *O terror dos maridos* (1897), de Figueiredo Pimentel (1869-1914); além de obras naturalistas obscuras, como *Lili: romance realista* (1883), de Elisiário da Silva; *A mulata* (1897), de Carlos Malheiro Dias; e *Jorge do Barral* (1900), de Emanuel Guimarães, também foram anunciados nas seções dos “Livros para Homens”.

Os escritores naturalistas negavam (ao menos em público) que seus romances eram literatura licenciosa. Na França, Zola lutou a vida inteira contra a fama, para ele injusta, de escritor imoral. No Brasil, Adolfo Caminha rebateu aqueles que julgaram *Bom-Crioulo* um livro torpe com o argumento do advogado de Flaubert no julgamento de *Madame Bovary* (1857): a intenção era denunciar – jamais incentivar –, por meio da observação e do estudo, os hábitos corrompidos da sociedade (KENDRICK, 1987). Para se manter respeitáveis junto à elite letrada, os escritores associavam uma finalidade pedagógica aos enredos naturalistas. O conhecimento do “mal” era uma etapa necessária para a descoberta do remédio (SAPIRO, 2010). Pintavam os “estudos de casos” de histeria como parábolas moralizantes de controle da imaginação e sexualidade femininas. Ao punir a mulher adúltera com a morte, como n’*O primo Basílio*, estava assegurada a moralidade da obra (SANTANA, 2015). Com a trágica história de Maricota, em *O aborto*, os leitores aprenderiam os perigos do sexo e da gravidez precoces. Pelo exemplo negativo, os livros eram capazes de domar o desejo dos leitores (especialmente das leitoras) e impedir a consumação de atos obscenos. Embora fossem picantes, os enredos tinham uma nobre finalidade pedagógica.

No Brasil, os principais defensores da finalidade pedagógica do naturalismo se reuniam em torno dos irmãos Artur e Aluísio Azevedo. Como Machado de Assis, Artur Azevedo era um intelectual formador de opinião. Ele foi um dos escritores mais populares e ativos do seu tempo. Conhecido como “Papá literário”, com poder para alavancar ou fulminar carreiras, Artur tinha coluna cativa em vários jornais e jogou todo o seu prestígio na promoção de um naturalismo nacionalista e moralizador no Brasil. Ele batalhava incansavelmente pela carreira do irmão e é difícil imaginar um sem o outro. Artur foi o principal fiador do modelo de romance naturalista como “documento do seu tempo”, que se perpetuou nos livros escolares e é exemplificado em *O cortiço*. De fato, foi esse padrão que a historiografia do século XX adotou, e não o modelo de naturalismo como “literatura torpe”, próximo aos “Livros para Homens”, defendido por Verissimo e Machado. Além de Aluísio, Artur congregava os

escritores mais jovens Pardal Mallet (1864-1894), Coelho Neto (1864-1934) e Olavo Bilac (1865-1918), além dos críticos Araripe Júnior (1848-1911) e Silvio Romero (1851-1914), todos fundadores (ou patronos) de cadeiras na ABL. A abertura ao naturalismo diferenciava o grupo dos irmãos Azevedo de Verissimo e Machado, mas se uniam na adoção, como matriz, do romance realista europeu aclimatado ao Brasil, austero e “bem-feito”.

O empenho desses escritores garantiu a canonização de uma seleta naturalista que cabia no modelo austero e moralizador, mas o argumento de que o naturalismo era intencionalmente moralizante só foi levado a sério em circuitos restritos da elite letrada. Os católicos e o grande público nunca se convenceram da moralidade do naturalismo. As livrerias continuaram a anunciar e vender os romances naturalistas como literatura erótica porque era boa propaganda e atraía compradores. Como Verissimo e Machado de Assis, o Visconde de Taunay (1843-1899) rejeitava a moralidade do naturalismo.² O conceituado jurista Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) concordava. Para ele, a “literatura moderna” – e citava especificamente *Naná*, de Zola – era uma das causas do avanço do “tribadismo”, como preferia chamar o lesbianismo, e de outras “aberrações do instinto sexual” (CASTRO, 1943, p. 201). Periódicos conservadores como o *Jornal do Commercio*, o monarquista *Jornal do Brasil* e o católico *O Apóstolo*, ligado à Diocese do Rio de Janeiro, consideravam o argumento da finalidade pedagógica do naturalismo um insulto à inteligência alheia, pois era óbvio que os romances naturalistas (incluindo os de Aluísio Azevedo) incentivavam os hábitos corruptos e obscenos da sociedade – eram “Livros para Homens”.³

Há várias evidências de que ler o romance naturalista como literatura licenciosa era a prática cultural dominante. O depoimento de Gonzaga Duque (1863-1911) de que só se animou em adquirir um exemplar de *O primo Basílio*, quando ouviu dizer, em conversas com colegas na escola, que havia nudez e sexo no livro (DUQUE, 1900), é uma entre outras dezenas de confirmações. Na mesma chave de leitura, o escritor Cláudio de Souza (1876-1954) narrou a descoberta e leitura secreta do recém-lançado *A carne*, em 1888, como o ponto alto de suas férias escolares (BULHÕES, 2002). Porque eram obscenos, os livros naturalistas eram guardados em baús ou gavetas fechadas a chave, e deviam ser lidos em segredo.⁴ Eram objetos para o uso privado, pois eram capazes

2 Para Taunay, Zola era um herdeiro de Pietro Aretino (1492-1556), o inventor da pornografia moderna. O romance *Naná* era uma “rasteira odisseia” que não deixava lição alguma (DINARTE, 1883, p. 5). Machado de Assis evitava polêmicas, mas sua resenha duríssima d’*O primo Basílio* revela seu posicionamento oposicionista à ideia de que o naturalismo era uma literatura moral. Ver ELEAZAR [pseud. de Machado de Assis]. “Folhetim do Cruzeiro – Literatura Realista – *O primo Basílio*, romance do Sr. Eça de Queirós – Porto – 1878”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1878, p. 1.

3 O semanário *O Apóstolo* era um importante porta-voz dos setores católicos e circulou da década de 1860 até 1909. O periódico combateu incansavelmente, durante anos, Zola e os romances naturalistas, que eram associados ao ateísmo, à ideia da república e às revoluções que matavam reis e bispos.

4 Na obra naturalista *O urso, romance de costumes paulistas* (1901), de Antônio de Oliveira (1872-1953), o protagonista Fidêncio encontra um exemplar de *A carne* escondido no fundo de uma estante, e é fígado pela leitura do livro. Em *O aborto*, o estudante Mário guarda num

de fazer acelerar o coração do leitor e “ativar a vontade” do corpo. Até Eça de Queirós (1887) reconheceu que era inútil argumentar contra a percepção, mesmo entre pessoas letradas, de que o naturalismo era grosseiro e sujo. O livro naturalista estava ligado a prazeres secretos, ao entretenimento, à pornografia e à masturbação. Esse é um quadro bem diferente de uma literatura falsa e fracassada, ou, na melhor das hipóteses, moralizante e controladora. Na verdade, até pelo menos 1920, poucas pessoas acreditavam que a ficção naturalista pudesse ensinar alguém a ser casto.

O “romance de sensação”

Considerado obsceno e sensacionalista, o naturalismo era confundido com os “romances de sensação”. *O primo Basílio*, por exemplo, podia aparecer como “Livro para Homens” e/ou “romance de sensação”. O sensacionalismo era o que atraía os leitores e unia os dois tipos de livro. No Brasil, Figueiredo Pimentel em *O aborto*, *Um canalha* (1895), *Suicida!* (1896) e *O terror dos maridos*, foi o autor que mais se apoiou no potencial sensacionalista do naturalismo, mas o suicídio de Bertoleza no final de *O cortiço*, o assassinato de Aleixo em *Bom-Crioulo*, ou até o rapto de Ernestina em *George Marcial: romance da sociedade e da política do fim do Império* (1901), de Virgílio Várzea (1863-1941), eram acontecimentos dramáticos e extraordinários que aproximavam a ficção naturalista da crônica policial e ajudavam a confundi-la com os “romances de sensação”. O gênero emplacou vários *best-sellers* no segundo oitocentos, nos dois lados do Atlântico (HUGHES, 1980). No Brasil, obras como *Elzira, a morta virgem* (1883), do escritor Pedro Ribeiro Viana, venderam milhares de cópias desde o seu aparecimento e permaneceram em catálogo até 1920 (EL FAR, 2011). Outro *best-seller* brasileiro do fim do século foi *Maria, a desgraçada* (1891), de Elisiário da Silva, o mesmo que experimentara com o naturalismo em *Lili: romance realista*.

Pelo caminho inverso, “romances de sensação” como *Esposa e virgem* (1870), *A mulher de fogo* (1872) e *A mulher de gelo* (1878), do escritor francês Adolphe Belot (1829-1890), podiam circular como “Livros para Homens”.⁵ *A mulher de fogo* é o livro “picante” que Basílio lê no romance de Eça de Queirós e recomenda à Luísa no intuito de seduzi-la, mostrando como o naturalismo e o “romance de sensação” ocupavam lugares semelhantes no imaginário de leitura do fim do século como livros carnais e sensacionalistas. Os romances de Belot são exemplares de uma ficção oitocentista que começa com fôlego naturalista, baú uma coleção de livros licenciosos, entre os quais romances naturalistas como *Naná* (1880), de Zola, *O crime do Padre Amaro*, *A carne* e incrivelmente *O homem*, de Aluísio Azevedo. No romance de estreia de Adolfo Caminha, *A normalista* (1893), ser pega lendo Zola era o suficiente para arruinar a reputação de uma moça de família.

⁵ *Esposa e virgem*, tradução do original francês *Mademoiselle Giraud, ma femme*, foi um *best-seller* oitocentista e livro mais conhecido de Belot, nos dois lados do Atlântico. No Brasil, a *Gazeta de Notícias* produziu em 1878 uma tradução em português com o título de *Esposa e virgem*. No título estava resumido o enredo apimentado de um casamento que não se consuma porque a esposa era lésbica (MENDES, 2019).

mas opta ao final pelo melodrama. Diana, em *A mulher de fogo*, é uma “mulher viril” na tradição de Emma Bovary, criada pelo pai e dona de suas ideias, como Lenita, em *A carne*. A opção pela resolução melodramática transforma a moça inteligente e autoconfiante do início do romance numa volúvel *femme fatale* devoradora de homens. Processo semelhante ocorre no romance *Jorge do Barral*, de Emanuel Guimarães. O protagonista é no começo um predador sexual que ao final se transforma em vítima de Sofia, a menina órfã que ele desgraçou e que opta pela prostituição como forma de vingança. O desfecho folhetinesco – o casal morre numa escada carcomida pelo cupim que desaba – era mais condizente com o gosto popular, sem abrir mão da carnalidade do naturalismo.

O romance libertino

Clássicos libertinos europeus como o anônimo *Teresa Filósofa* (1748), as *Memórias de Frei Saturnino* (1740) – versão em português da *Histoire de dom Bougre, portier des chartreux, écrits par lui-même*, atribuída ao escritor francês J. C. Gervaise de Latouche (1715–1782) –, e *Fanny Hill: memoirs of a woman of pleasure* (1748), do escritor inglês John Cleland (1709–1798), podiam ser adquiridos com facilidade nas livrerias brasileiras no fim do século, no original ou em tradução. Ao longo dos anos, esses livros apareceram em várias reedições, com vários formatos e preços. Livros libertinos eram presenças constantes na seção dos “Livros para Homens” e nos convidam a considerar a ficção naturalista à luz dessa tradição. A hipótese de um naturalismo fundamentado no romance libertino é impensável para a historiografia porque esta se restringe ao modelo nacionalista e moralizador, privilegiado pelos escritores dominantes do século XIX. Entretanto, para os católicos e muitos leitores, o naturalismo retomava antigas tradições de literatura burlesca e carnal. A tese naturalista da “necessidade fisiológica do coito” era vista como uma variação da crença libertina na primazia do desejo e da busca do prazer físico. Como “Livros para Homem”, o romance libertino e o naturalismo ofereciam basicamente o mesmo produto: a representação de atividade sexual a partir de um ponto de vista materialista e científico, que evitava julgar.

Reposicionado numa tradição libertina que vinha do século XVII, o romance naturalista adquire novos contornos e tonalidades. Moças históricas (ou ninfomaníacas) como Magdá, em *O homem*, eram personagens conhecidas de antigos romances libertinos e anticlericais, servindo como pretexto para descrever atividade sexual (PEAKMAN, 2003). Moças donas de suas ideias e satisfeitas na própria pele, como Lenita em *A carne* e Maricota em *O aborto*, com coragem para se dirigir ao quarto do homem para o primeiro sexo, eram descendentes das prostitutas ilustradas do romance libertino, como Teresa filósofa. A exuberante cena de sexo entre Leonie e Pombinha, em *O cortiço*, repetia a configuração de romances libertinos como o anônimo *L'Ecole des filles ou la philosophie des dames* (1655): a mulher mais velha e experiente que inicia sexualmente uma jovem que

vai se casar (GOULEMOT, 2000). Olímpia, do incompreendido *Livro de uma sogra* (1895), de Aluísio Azevedo, era uma herdeira das “narradoras materialistas femininas” da literatura libertina, como Fanny Hill (JACOB, 1999, p. 185). Ela escreve para a filha um manual de aconselhamento matrimonial a partir da constatação, por experiência própria, de um princípio libertino: a inconstância do desejo sexual. O romance libertino era uma fonte inconfessável do naturalismo canônico.

Editores e livreiros

A proliferação do naturalismo está ligada ao aparecimento de novos editores, livrarias, periódicos e tipografias. A partir de 1870, surgem no Brasil livreiros dispostos a publicar “Livros para Homens” (EL FAR, 2004). A crença de que havia um mercado para esses livros era crucial para a decisão de se arriscar na empreitada. Desde 1890 não havia lei que proibisse a produção e venda de material pornográfico. No Império havia leis de atentado ao pudor que podiam ser aplicadas ao impresso erótico, mas não há notícia de perseguição estatal ou policial a “Livros para Homens” no fim do século. Entretanto, era compreensível que as livrarias mais antigas e elitizadas da capital, como a Laemmert e a Garnier, evitassem ser associadas a essa literatura. A Laemmert só começou a publicar literatura licenciosa no final da década de 1890 (MENDES, 2018a). A Livraria Garnier mantinha as aparências, mas vendia *O aborto* na loja da rua do Ouvidor e a *Garnier Frères* imprimia, em Paris, livros eróticos em espanhol que eram enviados ao Rio de Janeiro para distribuição na América Latina (MOLLIER, 2010). Desde o século XVIII a literatura licenciosa era garantia de retorno financeiro (GOULEMOT, 2000). Em 1895, um livreiro confidenciou a Valentim Magalhães (1895) que a venda de impressos pornográficos era o que impedia a livraria de fechar.

Para negociantes como Domingos Magalhães, da Livraria Moderna, no Rio de Janeiro, o romance naturalista era um gênero que podia ser comercializado no novo e lucrativo nicho de “Livros para Homens”. Recém-chegado ao mercado editorial, o livreiro queria escândalos para atrair compradores e encontrou em *Bom-Crioulo* um candidato perfeito, mesmo que Adolfo Caminha idealizasse o romance como obra moralizadora (FARIA, 2016). Magalhães sabia que a trágica história de amor e sexo inter-raciais entre dois marinheiros era eletrizante o bastante para emplacar um *succès de scandale* e pagou 1 conto de réis pelos direitos da obra – quantia vultosa para um autor em início de carreira e quatro vezes o que Caminha recebia por mês como funcionário público (BEZERRA, 2009). Às vésperas do lançamento, a Livraria Moderna enviou exemplares de *Bom-Crioulo* para as redações dos jornais da cidade. O sucesso se confirmou e 5 mil exemplares foram vendidos em poucos meses, fazendo de *Bom-Crioulo* um *best-seller* do fim do século. A Marinha em peso leu o livro e o odiou (PENALVA, 1939). Dois

anos antes a Livraria Moderna havia publicado com boa recepção *A normalista* (1893), romance de estreia de Caminha, e também assinou um lucrativo contrato com Coelho Neto para a publicação do romance antimilitarista *Miragem* (1895).

Em São Paulo, os irmãos portugueses Antônio Maria e José Joaquim Teixeira abriram a Livraria Teixeira na Rua de S. Bento em 1878. Vendiam todo tipo de impresso: manuais práticos, livros escolares, literatura jurídica e “Livros para Homens” (PINA, 2015). Em 1888 os irmãos Teixeira publicaram – além de *Poesias*, livro de estreia de Bilac – a obra mais importante do naturalismo brasileiro do ponto de vista da história cultural: *A carne*, de Júlio Ribeiro. O romance foi um *best-seller* desde o seu aparecimento e foi reeditado continuamente até meados do século XX como célebre livro erótico (BULHÕES, 2002). No seu tempo, *A carne* foi um livro da moda, amado pelos jovens e odiado pelos pais e padres com igual paixão, conhecido fora dos circuitos letrados a ponto de se tornar tema de “carro de ideias” em desfile de carnaval (MENDES, 2019). Júlio Ribeiro era um filólogo erudito que não imaginava como a história de Lenita podia ser libertadora para milhares de leitores. Quando o padre Sena Freitas acusou o romance de imoral (FREITAS & RIBEIRO, s.d.), o autor contra-atacou com críticas pessoais e nunca comentou sobre o que todos percebiam e anotavam, em todos os lugares, que *A carne* era um “Livro para Homens”, com descrições realistas e audaciosas de atividade sexual, incluindo um episódio de sexo oral na mata.

Outro importante livreiro divulgador do naturalismo foi Pedro Quaresma, da Livraria do Povo, no Rio de Janeiro. Ele foi um dos mais importantes vendedores de impressos licenciosos na capital no fim do século e atuava como distribuidor de material erótico para os livreiros de outros estados. A Livraria do Povo se especializava em vender volumes baratos e dispunha de grande quantidade de “Livros para Homens”, incluindo brochuras pornográficas anônimas que custavam o preço de uma passagem de bonde (EL FAR, 2010). Quaresma tinha consciência do seu papel de popularizador do livro e usava os anúncios dos jornais para zombar do elitismo de outras livrarias. Ele emplacou vários *best-sellers*, como *Elzira, a morta virgem* e *A mulata*, de Malheiro Dias. Com Figueiredo Pimentel, Quaresma publicou na mesma época *O aborto* e *Contos da Carochinha* (1894), mostrando que um mesmo autor podia fazer simultaneamente literatura para adultos e para crianças. *O aborto* caiu como uma bomba no mundo literário (VIEIRA, 2015). Houve 6 mil exemplares em circulação, mas havia boatos de que Quaresma vendera o triplo. O grupo dos irmãos Azevedo se distanciou do livro por ser “pornográfico”, lamentando seu sucesso (MENDES, 2019). A finalidade pedagógica do naturalismo só valia para eles. Verissimo e Machado reagiram com eloquente silêncio.

A atração que essa literatura exercia sobre os leitores animava algumas tipografias a se aventurar na publicação de livros naturalistas. Esse é o caso do romance *Lar*, de Pardal Mallet, editado pela Tipografia Central, no Rio de

Janeiro, em 1888; e de outro insuspeito *best-seller* do fim do século, *O homem*, de Aluísio Azevedo, publicado pela Tipografia de Adolfo de Castro e Silva & Cia. em outubro de 1887. O grupo dos irmãos Azevedo orquestrou uma bem-sucedida campanha de divulgação que incluía notas simpáticas na imprensa, panfletagem, conferências públicas e jantares de comemoração. Os escritores usavam deliberadamente o burburinho sobre a obscenidade do naturalismo para atrair compradores e aumentar as vendas (GARCIA CAMELLO, 2018). O esforço compensou. Entre outubro e dezembro de 1887 foram vendidos 5.700 exemplares do livro (MÉRIAN, 2013). O sucesso retumbante permitiu a Aluísio Azevedo assinar contrato com a Livraria Garnier, que fez novas edições de *O homem* e *O mulato*, assim como colocou *O cortiço* em produção. O selo da Garnier era um importante símbolo de consagração literária que franqueava o caminho da canonização. Não é por coincidência que no Brasil a “obra-prima” do naturalismo seja *O cortiço* – o único romance da estética publicado originalmente pela Livraria Garnier.

Na busca de fregueses, alguns jornais usavam suas tipografias como base de negócio para a publicação de “Livros para Homens”. Em 1878, o sucesso de *O crime do padre Amaro* levou a *Gazeta de Notícias* a rodar uma edição clandestina do livro português. Para manter o conteúdo em segredo, o romance vinha encadernado junto com outros escritos num volume com o título *Um pouco de tudo: poesias, pensamentos, ditos espirituosos, anedotas, receitas etc* (MENDES, 2019). Em Porto Alegre, em 1889, a tipografia do jornal *Folha da Tarde* publicou o romance naturalista *A espelunca*, do escritor Germano Hasslocher (1862–1911), baseado numa notícia de rapto na cidade. Em 1898, com o aparecimento do jornal carioca *O Rio Nu*, aumenta consideravelmente a oferta de impressos licenciosos baratos e anônimos, produzidos e vendidos pelas tipografias dos jornais. Em 1910 o periódico já havia publicado mais de duas dezenas de brochuras licenciosas, com títulos como *Pecados da Baronesa*, *Memórias de uma mulher bonita*, *Deusa do amor*, *Furor amoroso* e *Manobras conjugais*. Por uma pequena taxa, os livros podiam ser enviados pelo correio para qualquer endereço válido no Brasil. Os impressos disseminavam “conhecimento carnal” em brochuras acessíveis e descartáveis, sem abrir mão de linguagem culta e galante.

O preço em conta era um fator crucial para o sucesso dos livros. Quando foi publicada em 1888, *A carne* custava 3 mil-réis. Era considerado um livro caro para o orçamento de um estudante, mas equivalia ao valor médio de um impresso de 300 páginas e à remuneração de um dia de batente de um trabalhador especializado, como um ferreiro. Sabendo que tinha um *best-seller* nas mãos, a Livraria Moderna pedia 4 mil-réis por *Bom-Crioulo*, mas *A normalista* saía pelos 3 mil-réis padrão. Para efeito de comparação, uma refeição digna no Largo da Carioca custava 2 mil-réis e com 1 mil-réis era possível comprar uma entrada para o *Musée Parisien*, na Rua do Lavradio, onde o visitante podia admirar estátuas de cera de Zola e outras celebridades (MENDES, 2018b). Um funcionário público

recebia em média 300 mil-réis mensais e o aluguel de um quarto mobiliado no centro da cidade custava em torno de 60 mil-réis. Valendo-se de material de baixa qualidade, Pedro Quaresma vendia *O aborto* na faixa da literatura popular por 2 mil-réis, um livro barato. Em 1890, a Garnier conseguia vender *O cortiço* pelo mesmo preço baixo, colaborando para seu sucesso. Na virada do século, quando *O Rio Nu* entra no mercado, os impressos licenciosos já saíam por 1.500 réis ou até 1 mil-réis. Nas liquidações os preços podiam baixar para 500 réis ou menos.

Havia outros agentes editoriais e comerciais menos proeminentes que ajudam a explicar o dinâmico mercado de “Livros para Homens” no fim do século. A Livraria Cruz Coutinho, no Rio de Janeiro, também vendia literatura licenciosa. Às vezes se arriscavam na edição de livros naturalistas e obtinham grande sucesso, como *O terror dos maridos*, de Figueiredo Pimentel, publicado por eles em 1897. O romance *Suicida!*, sobre a crise do escravismo, do mesmo autor, foi assunto das conversas de bonde quando saiu em folhetim, em 1896, e foi publicado no mesmo ano pela Livraria Fauchon, no Rio de Janeiro, mostrando que não faltava editor disposto a publicar livros naturalistas. Algumas papelarias imprimiam livros por encomenda e às vezes publicavam literatura licenciosa, como a Casa Mont’Alverne, que em 1897 publicou *Contos para velhos*, um volume de escritos eróticos de Bob, pseudônimo de Olavo Bilac. Além desses pontos de produção e venda, havia negociantes de livros clandestinos que atendiam em salas e portas afastadas do comércio de rua. Alguns espaços de sociabilidade masculina, como as charutarias, também distribuía essa literatura. A partir de 1890 aparecem as “Agências de jornais, revistas e figurinos”, que funcionavam em quiosques nas ruas do centro da cidade e igualmente vendiam “Livros para Homens”.

Vertentes do naturalismo

Falar em “vertentes” é uma forma de organizar um *corpus* naturalista expandido. Muitos escritores do fim do século se identificavam com o naturalismo, se autodeclaravam naturalistas, escreviam ficção naturalista como forma de gerar renda, ou eram chamados de naturalistas pelos pares. Entre os homens de letras havia um acalorado debate sobre o naturalismo que pouco interessava aos livreiros e compradores de “Livros para Homens”. Havia muitas discordâncias sobre o que era o naturalismo literário. A pluralidade de concepções em circulação permite falar em “naturalismos” – como modos variados de execução dos mesmos princípios – já no século XIX. Embora seja um arranjo *a posteriori*, a proposta de David Baguley (1990) para a literatura francesa pode ser uma porta de entrada para a redescoberta do naturalismo no Brasil. Baguley propõe duas vertentes que se interpenetram: a trágica e a cômica (ou desiludida). Além da vertente trágica, mais conhecida e estudada, havia uma pouco conhecida

vertente desiludida, ligada a uma concepção crepuscular do moderno e a uma “ortodoxia da banalidade”, distante das sagas de Zola e do cientificismo (mas não do materialismo), tributária do “livro sobre nada” de Flaubert. Esses autores materialistas que não escreviam “romance experimental” também eram chamados de naturalistas no século XIX.

No Brasil, a perspectiva do “naturalismo desiludido” permite iluminar alguns romances esquecidos do final do século. Aqui cabem os dois romances de Pardal Mallet: *Hóspede* (1887), sobre uma traição conjugal que não acontece; e *Lar*, sobre o dia-a-dia monótono de uma família pequeno-burguesa. Quando saíram, esses livros foram saudados pelos jornais como romances naturalistas. Pardal Mallet se via como jornalista, mas encarava o naturalismo como uma prosa moderna e demolidora do Brasil imperial. Lucia Miguel-Pereira critica o “cotidianismo abafado” (1988, p. 129) de *Lar*, sem compreender que retratar o anti-heroico e o banal era a forma mais verossímil de a ficção naturalista representar a vida comum. O romance *O urso* (1901), de Antônio de Oliveira, sobre um neurastênico sem apetite para viver, também cabe na vertente. De “naturalista desiludido” também se pode chamar alguns romances de Coelho Neto, como *Miragem*, sobre um soldado tuberculoso em campanhas militares cujos objetivos ele ignora; e *Turbilhão* (1906), sobre a desagregação (com tintas trágicas) de uma família pequeno-burguesa nos primórdios da República. São romances carnis e desiludidos, mas sem determinismo biológico e linguagem científica. Coelho Neto era um polígrafo que atuava simultaneamente em vários gêneros textuais, incluindo a ficção naturalista.

A ideia de um “naturalismo desiludido” (ou cômico) também ajuda a contextualizar uma vertente local: o naturalismo “machadizado”. Aqui temos dois escritores pouco conhecidos que eram chamados de naturalistas pelos pares, mas nunca assumiram esse posicionamento em público: Domício da Gama (1862-1925) e Pedro Rabelo (1868-1905), dois fundadores da ABL, ligados ao grupo de Verissimo e Machado. Silvio Romero (1960) não hesitava em chamar Domício da Gama e Raul Pompeia (1863-1895) de naturalistas. Retendo a imagem do escritor naturalista como cientista, uma nota publicada na ocasião do aparecimento de *Histórias curtas* (1901), de Gama, dá a medida do naturalismo “machadizado”: “De bisturi em punho, Domício da Gama autopsia o caso de análise, velando-o, porém, na ténue gaze da imagem discreta” (*O Paiz*, 22 set. 1901, p. 2). Quando o volume de contos *A alma alheia* (1895), de Pedro Rabelo, saiu pela Casa Mont’Alverne, Verissimo louvou o autor pela ousadia de unir o “naturalismo zolista” ao estilo sóbrio de Machado de Assis (1895, p. 253). Os inimigos acusavam Rabelo de “machadizar” seu estilo no intuito de ganhar a proteção dos escritores dominantes. O verbo “machadizar” circulava nas crônicas literárias, mostrando como Machado de Assis era capaz de regular a literatura dos escritores próximos a ele.

Outra concepção de naturalismo reconhecida no oitocentos era marcada pela hipertrofia descritiva e decorativismo, sem relação necessária com o enredo. Aqui temos um “naturalismo decadente”, ligado a uma atmosfera *fin-de-siècle*, nos quais os cenários interiores e exteriores têm estatuto de personagens. O descritivismo era um rompimento com o epos da mitologia homérica que desagradava o grupo dominante e explica o pouco interesse da historiografia por essas obras. Aqui, o trabalho de construção da linguagem é parte integrante do naturalismo e aparece n’*O Ateneu* (1888) e até em “Livros para Homens” como *A carne*. Nessa vertente cabem os romances dos irmãos Goncourt e de Joris-Karl Huysmans (1848-1907), na França, nos quais o escritor naturalista se faz “pintor de quadros” (CATHARINA, 2005). Aqui cabem também *O Barão de Lavos* (1890), do português Abel Botelho (1855-1917), *A mulata* e *George Marcial*, que Virgílio Várzea via como um romance do “fim dos tempos”. A primeira ficção que João do Rio (1881-1921) publicou foi um conto naturalista decadente sobre o “não-fazer”, chamado “Impotência” (1899). O “naturalismo decadente”, com um excesso de adjetivações e adverbiações que José Verissimo via como um defeito, também era a expressão de um ponto de vista materialista e científico.

O mesmo desencanto *fin-de-siècle* manifestava experiências de terror que caracterizam a vertente do “gótico-naturalismo” (SENA, 2017). Como o desiludido e o “machadizado”, o “gótico-naturalismo” desconfiava da razão e do progresso. Nessa vertente, as experiências de medo e sofrimento físico não implicam a crença no sobrenatural. A linguagem pode ser estilizada sem abrir mão do vocabulário científico. Aqui cabe a obra do escritor Rodolfo Teófilo (1863-1932), em romances como *A fome* (1890), sobre a seca de 1877, no qual o sertão aparece como *locus horribilis* e os personagens se convertem gradativamente em seres monstruosos (MENON, 2007). Mesmo escritores que optaram pela vertente trágica e documental, como Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha, flertaram com o gótico. O primeiro escreveu os contos “Impenitentes” e “Demônios” (1895). Quando *O homem* foi publicado, Artur Azevedo associou o romance ao gótico no intuito de atrair compradores, descrevendo Magdá como uma “vampira de si mesma” (*Gazeta de Tarde*, 25 jun. 1887, p. 2). Lucia Miguel-Pereira identificou em *Bom-Crioulo* um ambiente “denso, cerrado, sombrio” (1988, p. 171). Adolfo Caminha se apoia no gótico para encobrir o protagonista Amaro numa sombra de medo e mistério que pavimenta seu destino trágico (MENDES, 2004).

Por fim, uma vertente que circulava à revelia dos escritores da ABL (incluindo o grupo dos irmãos Azevedo) era o “naturalismo sensacionalista”. A obscenidade do naturalismo era inescapável, mas algumas obras flertavam abertamente com a pornografia e eram com mais facilidade confundidas com os “Livros para Homens”. Esse tipo de naturalismo foi o mais popular e bem-sucedido comercialmente. Romances carnis e escandalosos de Zola, como *Naná* e *La Terre* (1887), cabiam aqui sem deixar de ser trágicos. Os romances de Figueiredo Pimentel, que apelavam para suicídios, abortos e impotência sexual,

também cabem aqui. O português Alfredo Gallis (1859–1910) foi outro escritor popular da vertente. Com títulos como *Mártires da virgindade* (1900) e *O marido virgem* (1900), atraía leitores ávidos por enredos picantes e sensacionalistas, nos dois lados do Atlântico (DUARTE, 2015). Com o pseudônimo de Rabelais, Gallis emplacou outro *best-seller* do fim do século, *Volúpias: 14 contos galantes* (1886), publicado em São Paulo pelos irmãos Teixeira (MENDES, 2016). Ele também publicou em Lisboa doze romances naturalistas para a coleção *Tuberculose Social*, com títulos como *Mulheres perdidas* (1901), *Decadentes* (1902) e *Malucos* (1903). Todas as obras de Alfredo Gallis circulavam como “Livros para Homens”.

Considerações finais

No Brasil, a historiografia do naturalismo se apoia nos juízos de um grupo de escritores da elite letrada do final do século XIX, em sua maioria hostis à estética. Uma parte desse grupo – Taunay, Machado e Verissimo – considerava o naturalismo uma literatura rebaixada e antiartística, enquanto outra parte – o grupo dos irmãos Azevedo – batalhava para domesticar o naturalismo num modelo trágico, nacionalista e moralizador, que atendia ao mesmo tempo ao imperativo romântico da “cor local” e à concepção de literatura como atividade edificante, da tradição clássica. No intuito de tornar o naturalismo palatável para a elite letrada, escritores como Zola, Eça, Artur, Aluísio e Caminha estavam certos em agregar uma intenção pedagógica aos livros, mas a vida editorial e literária escapava aos debates e intenções dos escritores. Nas conversas das livrarias e confeitarias, nas salas das famílias burguesas, nos bondes, nas escolas e nos confessionários, não era crível que romances como *O primo Basílio*, *Naná*, *A carne*, *O homem* e até *O cortiço* pudessem ser “livros morais”. Os casos de *O aborto* e *Bom-Crioulo* deixam claro que o argumento da moralidade não valia para todo e qualquer livro naturalista. *Bom-Crioulo* só foi resgatado por Lucia Miguel-Pereira como “obra bem-feita” (mas “escabrosa”) em 1950.⁶ *O aborto* foi apagado. Conhecemos apenas 5 exemplares da edição original da Livraria do Povo.

No imaginário de leitura de livreiros e leitores não-letrados, o naturalismo era uma literatura do prazer e da conexão erótica com a matéria, com dezenas de títulos em oferta e vários *best-sellers*. Pertencia à classe dos impressos licenciosos, os chamados “Livros para Homens”, mas também se confundiam com os populares “romances de sensação”. Até romances naturalistas desiludidos (como *Turbilhão*) ou góticos (como *A fome*) eram vistos como obscenos e sensacionalistas. Mesmo que os livros fossem trágicos (como *Naná*), eram lidos preferencialmente numa chave burlesca ou satírica. Na livraria, o naturalismo era mais facilmente associado ao romance libertino do que ao cientificismo contemporâneo. Isso não significa negar a centralidade do cientificismo no romance naturalista, mas ele

6 A segunda edição de *Bom-Crioulo* só apareceu quase quarenta anos depois da primeira, em 1934, e foi perseguida pelo Estado Novo sob a acusação de ser um “livro comunista” (FARIA, 2016), confirmando a fama de livro perigoso.

não estava no radar da maior parte dos sujeitos que vendiam e compravam esses livros. Nos juízos desses leitores, os livros naturalistas eram bons para a mente e o corpo. Em brochuras baratas, eles propagavam valioso “conhecimento carnal”, até então restrito a tratados médicos e livros libertinos. Desse ponto de vista, o naturalismo fazia parte de um movimento transnacional de democratização do conhecimento e barateamento dos impressos. Se o livro naturalista era liberalizante e democratizante, quem eram seus oponentes? Os escritores da elite letrada e seus herdeiros na historiografia do século XX.

Referências

ABREU, Márcia (org.). *Romances em movimento. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2016a.

_____. Uma comunidade letrada transnacional: reação aos romances na Europa e no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). *Romances em movimento. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2016b, p. 365-394.

BAGULEY, David. *Naturalist fiction. The entropic vision*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BECKER, Colette & DUFIEF, Pierre-Jean. Présentation du Dictionnaire des naturalismes. *Excavatio – International Review for Multidisciplinary Approaches and Comparative Studies related to Emile Zola and his Time*, Alberta (Canadá), v. XXX, p. 1-10, 2018.

BEZERRA, Carlos Eduardo. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BULHÕES, Marcelo. Leituras de um livro obscuro. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 9-59.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livreria Editora Freitas Bastos, 1943.

CATHARINA, Pedro Paulo. *Quadros literários fin-de-siècle; um estudo de Às avessas, de Joris-Karl Huysmans*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

DINARTE, Sylvio [pseud. do Visconde de Taunay]. *Naná*, por Emilio Zola. In: _____. *Estudos críticos: Literatura e Filologia*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger e Filhos, 1883, p. 3-20.

DUARTE, Aline Moreira. Naturalismo, histeria e pornografia em *Mártires da virgindade*, de Alfredo Gallis. *Soletas*, São Gonçalo (RJ), n. 30, p. 139-157, 2015.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (org.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 89-99.

_____. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. Os romances de que o povo gosta: o universo das narrativas populares de finais do século XIX. *Floema*, Itapetinga (BA), n. 9, p. 11-31, 2011.

FARIA, Maráisa Gabriela. *As barbas espantadiças do público: uma história da edição, circulação e recepção de Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

GARCIA-CAMELLO, Cleyciara. *A filha do conselheiro: cientificismo, licenciosidade e promoção publicitária em O homem, de Aluísio Azevedo*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

HUGHES, Winifred. *The Maniac in the Cellar: Sensation Novels of the 1860s*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

JACOB, Margaret. O mundo materialista da pornografia. In: HUNT, Lynn (org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Editora Hedra, 1999, p. 169-215.

KENDRICK, Walter. *The secret museum: pornography in modern culture*. New York: Viking, 1987.

LINS, Álvaro. Sagas de dois naturalistas: Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro. In: LINS, Álvaro. *Os mortos de sobrecasaca. Ensaios e estudos (1940-1960)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 203-219.

MAGALHÃES, Valentim. Semana Litteraria. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1895, p. 1.

MENDES, Leonardo. *O aborto*, de Figueiredo Pimentel: naturalismo, pedagogia e pornografia no final do século XIX. In: MENDES, Leonardo & CATHARINA, Pedro Paulo (org.). *Figueiredo Pimentel, um polígrafo na Belle Époque*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019, p. 261-349.

_____. The Bachelor's Library: Pornographic Books on the Brazil-Europe circuit in the Late Nineteenth Century. In: ABREU, Márcia (ed.), *The Transatlantic Circulation of Novels between Europe and Brazil, 1789-1914*. London: Palgrave, 2017, p. 79-100.

_____. Histórias para sorumbáticos: Pedro Rabelo e a literatura licenciosa na Belle Époque. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; CHAUVIN, Jean Pierre; GENS, Rosa (Org.). *Belle Époque: efeitos e significações*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2018a, p. 90-109.

_____. Livros para Homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 53, p. 173-191, 2016.

_____. As ruínas da homossexualidade: o gótico em *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha. *Luso-Brazilian Review*, Madison (EUA), vol. 41, n. 1, p. 56-70, 2004.

_____. Zola as pornographic point of reference in late nineteenth-century Brazil. *Excavatio – International Review for Multidisciplinary Approaches and Comparative Studies related to Emile Zola and his Time*, Volume XXX, s.p., 2018b.

MENON, Mauricio. *Figurações do gótico e de seus desdobramentos na literatura brasileira de 1843 a 1932*. Tese (Doutorado em Letras). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MÉRIAN, Jean-Yes. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira. Prosa de ficção: 1870-1920*. São Paulo: EDUSP, 1988.

MOLLIER, Jean-Yves. *O dinheiro e as letras. História do capitalismo editorial*. São Paulo: EDUSP, 2010.

PEAKMAN, Julie. *Mighty lewd books: The development of pornography in eighteenth-century England*. London: Palgrave, 2003.

PENALVA, Gastão. Adolfo Caminha. In: PENALVA, Gastão. *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 383-474.

PINA, Paulo Simões de Almeida. *Uma história de saltimbancos: os irmãos Teixeira, o comércio e a edição de livros em São Paulo, entre 1876 e 1929*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

PUJOL, Alfredo. *A carne* de Júlio Ribeiro. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 323-335.

QUEIRÓS, José Maria Eça de. Prefácio dos “Azulejos” (Continuação). *A Semana*. Rio de Janeiro, ano III, vol. III, n. 120, 16 abr. 1887, p. 122-123.

ROMERO, Silvio. Retrospecto Literário (1888). In: ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Vol. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 1629-1648.

SANTANA, Maria Helena. O naturalismo e a moral ou o poder da literatura. *Soletas*, São Gonçalo (RJ), n. 30, p. 158-171, jul./dez. 2015.

SAPIRO, Gisèle. Aux origines de la modernité littéraire: la dissociation du beau, du vrai et du bien. *Nouvelle revue d'esthétique*, Paris, n. 6, p. 13-23, 2010.

SENA, Marina. *O gótico-naturalismo na literatura brasileira oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

VERISSIMO, José. *A alma alheia*, contos por Pedro Rabelo. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, tomo IV, out./dez. 1895, p. 250-253.

VIEIRA, Renata Ferreira. *Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

Submetido em: 30/08/2019

Aceito em: 11/10/2019